

Domingos Borges de Barros (1780-1855)

Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves*

Intelectual e político luso-brasileiro, Domingos Borges de Barros nasceu na Bahia, descendente de uma família nobre e abastada, sendo filho do sargento-mor Francisco Borges de Barros e de D. Luísa Clara de Santa Rita Borges. Foi batizado em fevereiro de 1780, na capela do engenho São Pedro, de propriedade de seu pai. Após ter completado seus estudos de humanidades na cidade do Salvador, tendo como um de seus mestres o dicionarista Antonio de Moraes Silva, seguiu para Portugal, em princípios de 1796, matriculando-se quatro anos depois, na Universidade de Coimbra, no curso de Filosofia, no qual se bacharelou em 1804.

Desde a época de seus estudos em Coimbra, Borges de Barros, homem de espírito cultivado, atraído pelas idéias da Ilustração, voltou-se para as letras, fazendo alguns versos e traduzindo autores franceses, como, em 1801, Évariste de Forges de Parny. Este ficou conhecido por seus poemas eróticos, censurados não só em França, por sua impiedade filosófica e por sua crítica moral aos políticos, como também incluídos no *Catálogo* de livros defesos no Reino de Portugal, em 1803. A versão traduzida por Borges de Barros foi publicada, posteriormente, em 1825, em Paris em uma coletânea oferecida às senhoras brasileiras.

Em Lisboa, onde ainda viveu por algum tempo, Borges de Barros criou laços de sociabilidade com outros portugueses e luso-brasileiros igualmente voltados para as letras. Talvez tenha conhecido, antes de sua ida para a Inglaterra, em 1797, o abade Correia da Serra, com quem veio a relacionar-se anos mais tarde, em Paris. Manteve contato com Hipólito José da Costa, futuro redator do *Correio Braziliense*, e com Paulo José de Mello Azevedo e Brito, poeta baiano, que, provavelmente, já conhecera em Salvador. Este último aconselhou-o a traduzir uma passagem de Raynal, outro autor proibido pela censura luso-brasileira, em verso português, o que fez, com brilhantismo, acabando por aproximá-lo do poeta português Filinto Elísio, em Paris, de quem passou a receber grande influência em suas composições poéticas.

* Professora Titular da UERJ. Pesquisadora do CNPq, pesquisadora principal do PRONEX CNPq/Faperj – Dimensões da Cidadania e Cientista do Nosso Estado/Faperj.

Na França, além de se dedicar às letras, especialmente, alimentando seu gosto pela poesia, Borges de Barros também voltou sua atenção para as investigações científicas, seguindo cursos de professores célebres no Museu do Jardim das Plantas. Viajou ainda por outros países da Europa – Alemanha, Holanda e Bélgica – a fim de conhecer os progressos das ciências naturais e verificar novos processos da indústria agrícola. Tal influência apareceria mais tarde, nas memórias que redigiu sobre agricultura e que foram publicadas, no Rio de Janeiro, no jornal *O Patriota*.

Quando da invasão francesa de Portugal, em 1808, Borges de Barros encontrava-se em Paris, ficando reduzido, como os demais estudantes luso-brasileiros, à dura condição de prisioneiro, exposto às vexações dos empregados subalternos da polícia francesa. Nessa situação embaraçosa, sem dinheiro, pois a correspondência com sua família fora interrompida, Borges de Barros resolveu, para sobreviver, aceitar a proposta de seu antigo amigo, o abade Correia da Serra, de comporem um dicionário portátil francês e português, encomendado por um livreiro. Adoecendo Correia da Serra, Borges de Barros acabou por fazer sozinho o trabalho, que saiu publicado em Paris, no ano de 1812, quando não mais se encontrava na França. Em setembro de 1810, resolveu evadir-se de Paris, rumando para a América do Norte, onde permaneceu por alguns meses, inteirando-se das condições de vários estabelecimentos rurais e sendo escolhido membro da *Society for Promoting Agriculture*. No ano seguinte, decidiu voltar para o Brasil. No entanto, depois de visitar lugares perigosos, na visão de época, como França e Estados Unidos, Domingos Borges de Barros foi preso, ao chegar em sua terra natal (1811), sendo transferido, posteriormente para o Rio de Janeiro. Permaneceu nessa condição por quase dois meses, quando o príncipe regente ordenou sua liberdade, ficando provada não só a sua inocência, como a pura fidelidade, que demonstrou em todo o tempo, que foi retido na França.

Ao ser reintegrado na *boa sociedade*, foi nomeado diretor do Jardim Botânico da Bahia, bem como regente de uma cadeira de Agricultura na mesma cidade, em 1812. No Rio de Janeiro, colaborou no jornal literário, político e mercantil, já citado, *O Patriota* (1813), no qual publicou diversas memórias sobre a agricultura, entre as quais se destacam uma sobre o plantio e o fabrico do urucu, outra sobre a cultura do café e uma terceira sobre os meios para secar as terras inundadas através de um método fácil e pouco dispendioso. Evidenciava, assim, ter incorporado o ideário ilustrado do período, voltando-se de maneira pragmática para as questões econômicas, sociais e administrativas, mas também para a instrução, como instrumento para transformar a realidade. Tentava colocar em prática os conhecimentos que adquirira na Europa.

Ao lado do homem pragmático, continuava, contudo, a existir o poeta voltado, sobretudo, para cantar “o belo sexo”. Entre as poesias que publicou em *O Patriota*, sobressai a tradução do poema de Gabriel Legouvé, *O merecimento das mulheres*, que ainda veio à luz em edição pela Impressão Régia. Tal obra, que tinha como objetivo celebrar a mais bela e melhor metade da humanidade, demonstrava a força e o vigor das mulheres em França, que, segundo o autor, formavam uma nação a parte.

Ao retornar a Bahia, em 1813, casou-se com D. Maria do Carmo Gouvea de Portugal, descendente de família tradicional e abastada. Dessa união, vieram dois filhos – Domingos, que morreria ainda na infância, com dez anos de idade e Luiza Margarida, mais tarde, Condessa de Barral. Além desses, Borges de Barros possuía um filho bastardo – Alexandre Sebastião – fruto de ligação com uma francesa, que permaneceu na França. Mais tarde, no entanto, em 1823, quando Borges de Barros foi nomeado representante do Brasil em Paris, foi registrado e conviveu com seus irmãos legítimos, adotado por sua mulher e ocupando o lugar de secretário de seu pai.

Sua vida política teve início com a eleição para deputado às Cortes de Lisboa, representando a Bahia, em 1821. Retornou, assim, uma vez mais a Portugal, atuando naquela assembléia, onde se notabilizou por defender o direito de cidadania da mulher, com a apresentação da proposta de que a mãe de seis filhos legítimos pudesse participar das eleições. Apesar de ligar a cidadania da mulher à maternidade, não deixava de avançar outros pontos bastante modernos para a época. Recorrendo ao exemplo de mulheres ilustres, como Madame de Staël – nome este inúmeras vezes vetado, na época, pelos censores régios – o sexo frágil, segundo ele, não apresentava defeito algum que o privasse daquele direito, embora os homens, ciosos de mandar e temendo a superioridade das mulheres, preferissem conservá-las na ignorância. Ao contrário, as mulheres rivalizavam, ou mesmo, excediam aos homens em talentos e em virtudes. A proposta, no entanto, não foi sequer admitida à discussão pelo Congresso.

Nesta Assembléia, Borges de Barros ainda se voltou para outra categoria também excluída da cidadania – os indígenas. Achava essencial que lhes fossem dadas ou aforadas terras, a fim de que tivessem, por esse meio, acesso à cidadania portuguesa ou à admissão em escolas e ofícios. Da mesma forma, em sua visão de homem ilustrado, defendeu o incentivo à instrução, com o estabelecimento da obrigatoriedade de saber ler, escrever e contar para todos os candidatos a vereadores ou a outros cargos nas câmaras. Acreditava que dessa forma as famílias iriam mandar instruir os filhos. Defendia ainda a valorização

do ensino e dos mestres, porque, se não fosse possível pagar, era melhor não ter mestres do que ter maus mestres.

Em relação às questões políticas, afirmava que o Brasil não queria a independência de Portugal, a que muitos deputados aludiam, mas sim a igualdade de direitos entre os dois reinos, para que aquele continuasse a ser português. Acabou por assinar e jurar a Constituição Portuguesa de 1822, que, no entanto, a princípio, não se julgara autorizado para referendar.

Sua carreira política prosseguiu ao longo do Primeiro Reinado, sendo nomeado representante do Brasil na França, em 1823, com o objetivo de obter o reconhecimento não só da Independência como também da dinastia reinante no Império do Brasil. Como observou o historiador da diplomacia brasileira Pandiá Calógeras, Borges de Barros, porém, estava mais preocupado com o progresso material e intelectual do novo país do que com as intrigas diplomáticas do cenário internacional, dedicando-se, por isso, preferencialmente a divulgar livros sobre o Brasil e a organizar missões artísticas que contribuíssem para aproximar o Império da civilização. Em 1826, foi escolhido senador, mas, poucas vezes compareceu aos debates, preferindo cultivar seus hábitos europeus em longas viagens ao exterior.

Na literatura, Borges de Barros ainda se destacou, em particular com as *Poesias oferecidas às senhoras Brasileiras por um Bahiano*, que reunia poemas dispersos de sua autoria, enquanto servia como ministro diplomata em Paris, em 1825. Talvez, o título da obra tenha sido influência de Alcipe – a célebre Marquesa de Alorna – que, escreveu em 1813 as *Recreações Botânicas*, poema em seis cantos, dedicado às “Senhoras Portuguesas”. Sem autoria declarada, mas sempre com a indicação de um “baiano” ou um simples B..., como comumente assinava, a obra reuniu também parte do poema “Os Túmulos”, escrito em memória da perda de seu filho. Além desses, havia um outro, intitulado “Lições de Conduta”, redigido em virtude do pedido de uma senhora ao autor, no qual este dava conselhos às mulheres: “exprimir-se com prudência”; “ser modesta nos adornos”; “conhecer seus defeitos”; fugir dos enredos e intrigas. Nesse verdadeiro manual de boa conduta para as donzelas do início do oitocentos, Borges de Barros ainda advertia que a mulher devia ter medo do excesso da paixão e nunca dar um passo sem primeiro consultar honra e razão. No final da obra, encontram-se ainda poesias oferecidas ao autor por seus amigos, sendo uma de Frederica de Oeynhausen, filha da Marquesa de Alorna. Homem de letras, visto por alguns como precursor do romantismo, Borges de Barros foi considerado por Ferdinand Denis como um dos maiores poetas brasileiros do século XIX. Para o barão de Loreto, “nenhum outro poeta ren-

deu à mulher culto mais galante e delicado do que ele, celebrando os mágicos efeitos do amor.”

Verifica-se, por conseguinte, que em seus escritos literários e políticos, Borges de Barros recorria a linguagens distintas, mesclando a condição de um homem que já possuía uma percepção ilustrada da realidade, que se generalizara no início do século XIX pelo mundo luso-brasileiro, mas que ainda permanecia preso aos valores morais do Antigo Regime. Se aceitava, de forma bastante tímida, alguns princípios de um liberalismo nascente, continuava a ser, sobretudo, um fiel súdito de Sua Majestade.

Assim, de um lado, era leitor e tradutor de autores proibidos e condenados pela censura no mundo luso brasileiro, mas, provavelmente, em função de sua formação e luzes, obtivera licença para ter acesso a esses escritos, considerados à época como fontes de crítica, de heresia e de subversão. De outro, continuava a operar com uma moral baseada no bem comum, típica da moral cristã. Ainda não partilhava a linguagem de uma moral individual, resultado de um contrato estabelecido entre indivíduos e soberano, característica da Modernidade. Nesse sentido, ao fazer preleções para as senhoras, pautava-se, principalmente, em princípios moldados pela religião católica, em que a mulher, acima de tudo, devia ser a mãe e a esposa exemplares.

Frente a essas aparentes contradições, deve-se destacar, no entanto, que Borges de Barros era um homem de seu tempo, profundamente afinado com a perspectiva do Iluminismo português. Em meio a uma sociedade marcada por vestígios de uma política tradicional, em que a religião ocupava um papel fundamental, Borges de Barros pretendia recorrer às Luzes para assegurar o desenvolvimento do Império.

Domingos Borges de Barros faleceu em 20 de março de 1855, em Salvador, com inúmeras mercês, honras e grandezas por seus serviços prestados: o hábito da Ordem de Cristo (1815); o título de Conselheiro do Império (1825); Barão de Pedra Branca (1825), Visconde (1826) e, em seguida, Visconde com grandeza (1829).

Bibliografia ativa

BARROS, D. B. Dictionario francez-portuguez e portuguez-francez. Paris, 1812, 2v. O merecimento das mulheres, poema de M. G. Legrouvé, traduzido do francês em português, por B. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1813.

BARROS, D. B. Poesias offercidas às senhoras brasileiras por um bahiano. Paris: Aillaud, 1825. 2v.

- BARROS, D. B. Os túmulos. Poema philosophico. Paris: Aillaud, 1826.
- BARROS, D. B. Meio empregado pelos Chins para a propagação de árvores frutíferas. O Patriota. Jornal Litterario, Politico e Mercantil do Rio de Janeiro, s. 2, nº 3, 1813.
- BARROS, D. B. Memoria sobre a plantação e o fabrico do urucu. O Patriota. Jornal Litterario, Politico e Mercantil do Rio de Janeiro, s. 1, nº 1, 1813.
- BARROS, D. B. Memoria sobre o café, sua história, cultura e amanho. O Patriota. Jornal Litterario, Politico e Mercantil do Rio de Janeiro, s. 1, nºs 5 e 6, 1813 e s. 2, nº 1, 1813.
- BARROS, D. B. Memoria sobre os muros de apoio os muros que servem de sustentar a terra. O Patriota. Jornal Litterario, Politico e Mercantil do Rio de Janeiro, s. 2, nº 4, 1813.
- BARROS, D. B. Memoria sobre os meios de desaguar ou esgotar as terras inundadas ou enxarcadas por methodo facil e pouco dispendioso. O Patriota. Jornal Litterario, Politico e Mercantil do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, s. 2, nº 5, 1813.
- BARROS, D. B. Notícia sobre o meio que se seguiu no esgotamento de um pântano. O Patriota. Jornal Litterario, Politico e Mercantil do Rio de Janeiro, s. 2, nº 6, 1813.
- BARROS, D. B. Vantagens da vida campestre em resposta à carta, em que de Lisboa se despediu, devendo partir para a Bahia, Paulo José de Mello, escriptas em Paris aos 2 de maio de 1806. O Patriota. Jornal Litterario, Politico e Mercantil do Rio de Janeiro, s. 1, nº 5, 1813.

Bibliografia passiva

- ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Coleção Desembargo do Paço. Caixa 26.
- ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Graças e Mercês. Códice 15, volumes 3, 4, 10 e 11.
- BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. Dicionario bibliographico brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. v. 2, p. 196-197.
- BOSCHI, Caio & BORRECHO, Maria do Céu. Domingos Borges de Barros. In: Zilia Osório de Castro (dir.). Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1821-1823 e 1826-1828). Porto/Lisboa: Edições Afrontamento/Assembléia da República, 2002. p. 194-195.
- CALÓGERAS, Pandiá. A Política exterior do Império: as origens. Revista do IHGB. Tomo Especial. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1927.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Lata 303, pasta 10. Barão de Loreto. Estudo sobre o Visconde de Pedra Branca (fragmento, cópia feita por Amanda Paranaguá Dória), 1884.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Neves. Domingos Borges de Barros. In: Ronaldo Vainfas (dir.). Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889). Rio de Janeiro, Objetiva, 2002. p. 213-214.
- PORTUGAL. Diário das Cortes Geraes e Extraordinárias da nação portuguesa (1821-1822). Lisboa, 1821-1822, 20v.
- SISSON, S. A. Galeria dos brasileiros ilustres. v. 2. Brasília: Senado Federal, 1999. p. 405-410.